

outros, e assim, surgiu em Cabo Frio a honra de Jacário Pinto Lopes, filho Novellino. Geminião José Loures, do 3º Distrito. Ainda na vida política administrativa de Cabo Frio Nilton Novellino criou a Guarda Municipal e nos derradeiros anos, deixando uma bela e profícua passagem de vida, esteve ligado ao PDT. Ressequindo, disse que não podia deixar de registrar como membro do MDB, do qual também fora Presidente o Senhor Nilton Novellino, o pesar pelo seu falecimento, representando também o sentimento do povo cabofriense, pelo que requeria fosse registrado em Ata, como homenagem de legislador ao ex. Vereador Nilton Novellino. A seguir, o Senhor Presidente comunicou ao Senhor Presidente da Câmara, o Sr. Carlos da Câmara, ofício para que medidas cabíveis fossem adotadas, face a aprovação do Requerimento nº 15/94, do Vereador Silas Rodrigues Bento. Não havendo mais ordens para o uso da Suburna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Honorária, aprovada, seja aprovada para que produza seus efeitos legais.

Ass: [Assinatura]

Am

Ata da Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 10 de março do ano de 1994 (1ª Sessão Ordinária)

As dezesseis horas do dia dez de março do ano de 1994 (mil, novecentos e noventa e quatro), sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Dirlei Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, compareceram a chamada regimental os seguintes Vereadores: Antônio Pinto de Andrade, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Alfredo Louiz da Rocha Barreto, Jayr Silva da Rocha, Júlio Bessa de Figueiredo, Brás Benedito Picampo Filho, Carlos Roberto Nequeira dos Santos, Luiz Antônio de Aledo Petras, Dilando da Silva Pereira, Sílas Rodrigues Bento e Waldir Flávio de Aguiar Neto. Fazendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia oito de março do ano de mil, novecentos e noventa e quatro. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente Marcos da Rocha Mendes solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Vereador Dirlei Pereira da Silva que

procedese a leitura do Expediente que cons-  
tã do seguinte: Projeto de Lei n.º 010/94 - Ve-  
reador Carlos Roberto Nogueira dos Santos. As-  
sunto: Dispõe sobre normas arquitetônicas pu-  
blicas pela CORDE; Indicação n.º 026/94 - Vere-  
ador Wladimir Schwindt. Assunto: Envio de ex-  
pediente ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal, peticionando  
que junto à CERS providencie uma re-  
visão na iluminação pública na Av. Ezequias  
Cardoso da Fonseca, no bairro Jardim Esperan-  
ça. Indicação n.º 027/94 - Vereador Braz Bene-  
dito Aicampo Filho. Assunto: Solicita ao Ex.º  
Sr. Prefeito Municipal, substituição da rede  
de mamilhas da Rua Francisco José da Silva,  
em Porto do Cavio. Indicação n.º 028/94 - Ve-  
reador Braz Benedito Aicampo Filho. Assunto:  
Solicita ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal que au-  
torize a Secretaria de Planejamento e Desenvol-  
vimento Urbano, no sentido de efetuar estu-  
dos de viabilização e posterior execução de obra  
de saneamento básico na Rua Simplicia Ma-  
ria da Conceição; Indicação n.º 029/94 - Vere-  
ador Orlando da Silva Pereira. Assunto: Solici-  
ta ao Ex.º Sr. Prefeito Municipal, prorrogação  
do prazo para recolhimento do IPTU; Reque-  
rimento n.º 011/94 - Vereador Wladimir Schwindt  
Assunto: Envio de expediente ao Ex.º Sr. Prefeito  
Municipal, solicitando cópias dos convênios de  
iluminação pública celebrados entre o Municí-  
pio e a CERS; Requerimento n.º 026/94 - Vereador  
Dirlei Pereira da Silva. Assunto: Solicita ao Ex.º  
Sr. Prefeito Municipal, informações sobre possível  
convênio da Prefeitura Municipal de Cabo Frio  
com o Instituto dos Arquitetos do Brasil - I.A.B.

Am

Requerimento nº 027/94 - Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto. Assunto: Solicita informações a respeito das medidas adotadas pela Secretaria Municipal de Agricultura sobre o transporte das mercadorias dos pequenos produtores locais, para comercialização na feira; Requerimento nº 028/94 - Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto. Assunto: Disputa sobre informações dos critérios utilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura, no empréstimo de máquinas agrícolas para os produtores locais. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Vereadores inscrites em livro próprio. Como primeiro orador inscrito, ocupou a Tribuna o Vereador Braz Benedito Picampo Filho, do PL, falando inicialmente do caso a que estava submetida a pauta de no Município. Citou o caso de uma Senhora, que sem poder comprar remédios, por se serem muito caros, o procurara. Disse que diante do quadro, havia telefonado para a Secretaria de Promoção Social, e que a chefe, Sônia de Sal, o havia tratado muito mal e alegando também que a Secretaria não dispunha de verbas para comprar remédios, o que era um absurdo. Induziu ainda o Vereador Braz Benedito que a Senhora Sônia de Sal, alegava que o problema não era de ela, e que o Vereador se "invass" (sic) para conseguir os medicamentos. Disse o Vereador que sua revolta era muito grande, pois tal situação configurava uma verdadeira calamidade, e o direito à saúde consagrado ao cidadão, não era respeitado. Afirmou que

o convênio SUS, depositava grandes quantias para a Secretaria de Saúde, sendo de se toda essa como tais recursos estavam sendo aplicados. Salvo da viagem que a Secretária Eléia Barreto fazia a Janga dos Reis, para estudar um plano de cargos e salários para o funcionamento da saúde, afirmando o líder que por certo seria mais uma comissão para gastar o dinheiro do povo, pois para se resolver o problema salarial do pessoal da saúde, era só cumprir o que estava na lei. Deixando registrado o seu protesto, encaminhou sua sala. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Alfredo Luiz da Costa Barreto, do PT, comentando sobre a administração de Janga dos Reis, citada em discurso anterior com relação a saúde. Disse que a Prefeitura do PT em Janga dos Reis, tivera a aprovação do povo, sendo a atual administração do município, uma rejeição dos ideais do Partido dos Trabalhadores. A seguir, disse ter recebido "FAX" de Janga dos Reis, com relação a salários, constatando que o que pagava como salário vital básico em Janga dos Reis, a professor de primeira a quarta, era mais do que três vezes o que era pago pelo município de Cabo São, com todas as correções, até a última data. Disse que o salário inicial em Janga dos Reis era de duzentos e quarenta e três mil cruzeiros, mais para o professor que iniciava carreira. A seguir o orador coletou outros dados demonstrando as diferenças salariais, quanto às Prefeituras de Cabo São e Janga dos Reis. Terminou que com a vinculação semelhante a de

Am

Cabe São, França dos Reis desenvolveria uma administração das mais produtivas para a população, pedindo afirmar que Cabe São não tomara o mesmo caminho por falta de vontade do administrador, o que era lamentável. In lou de sua certeza quanto ao processo da administração petista em França dos Reis, até mesmo pela decisiva participação dos conselheiros comunitários, o que não ocorreria indeluzivelmente em Cabe São. Em aparte, o Vereador Sílvia Biosa de Siqueiredo disse que as administrações públicas eram marcadas por peculiaridades de cada época, e assim, lembrou que nos governos de Jairo Cerri e São Salva não eram comuns as greves, e chamava a atenção o tipo de um cidadão que ao que parecia, no presente era Presidente do PBT e Secretário Municipal, comandando os guerristas. Citou também a participação no movimento grevistas, da participação de uma moça muito conhecida em Cabe São, "Zuzinho" fazendo paródias críticas ao administrador. Adiante disse que intramitava o silêncio de tais funcionários, antes tão atuantes pela questão salarial, e na atual administração, com salúrios mínimos, não se manifestavam, e assim indagava do cidadão qual era o seu pensamento a respeito. Respondendo, disse o cidadão que tinha uma avaliação pessoal, e sempre tivera participação atuante nas assembleias. Disse também, por oportuno comunicar que no próximo dia 27, os professores estavam analisando proposta para plano de cargos e salários e ainda, o novo regimento do SBNCAF.

M

achando importante a participação dos Vereadores. Ainda sobre o aparte do Senador José Bessa de Siqueira, disse que realmente o seu grupo fizera a opção pelo menos pior, no caso, o Senhor José Benício, eleito Prefeito, o que mobilizava o funcionalismo que não queria Flair Borjes de São Soldanha pelo que representavam, visto o sucateamento do serviço público em suas administrações. Disse ainda, disse que no primeiro ano do seu governo, o Prefeito, de forma tróvil, imobilizava parcelas significativas do funcionalismo que participava do movimento classista, mas ainda acreditava na capacidade de reação, dos trabalhadores da Prefeitura. Observou que acima de tudo, era necessário uma mudança na postura da Câmara Municipal, e assumir mais uma vez, rejeitar as "ingalbas" que eram dadas ao funcionalismo e aprovadas pela Câmara. Disse que o legislativo cada vez mais era rejeitado pela população, e sentira o problema de perto, quando o ST fizera uma excursão em bairro periférico e a receptividade fora negativa por demais. Disse que o sentimento era de descrédito quanto ao legislativo, pois o Senador ficava no gabinete resolvendo pequenos problemas, e assim não se interessava qual era a verdadeira tarefa do legislativo. Disse que sua presença no Sítium era para basicamente reclamar de tal situação, e que novamente a autonomia do legislativo cabofriense estava ameaçada. Com relação ao STU, não admitia que o legislativo permanecesse cab

Ch

de, como se a Cidade fosse de um chefe de um dono, e não podia admitir que a Câmara não exercesse suas prerrogativas constitucionais. A seguir, o Senhor Presidente comunicou ao Plenário, que no dia onze de março, o Senhor Procurador do Legislativo estava no comando ação judicial contra a Prefeitura, tendo em vista o Decreto 2.000/93. Inscrito em livro próprio, ocupou a Tribuna o Senador Valdir Mourão de Aquino Neto, convidando inicialmente aos Senadores para a explanação do Presidente do Sindicato dos Telefônicos do Estado do Rio de Janeiro, após o término da reunião, enfocando a questão da privatização do sistema de comunicação no Brasil. Lembrou a seguir, a gravidade da questão levantada pelo Sindicato dos Telefônicos, visto a possibilidade da privatização do setor. Disse a seguir que por estar alinhando uma cadeia na Assembleia Legislativa do Estado, disse estar se interessado quanto a privatizações, observando que quando a Cia. Nacional de Alcafofa foi privatizada, também foi privatizada uma auditoria, com graves prejuízos para a comunidade, e que tal obra custaria atualmente cerca de duzentos milhões de dólares, quando o custo da venda da empresa alcançava apenas cinquenta e nove milhões de dólares, e que metade da área do Município do Juiz de Fora também fora desapropriada. Salou que o setor de telecomunicações era de vital importância, daí a luta dos trabalhadores para impedir a privatização, o mesmo ocorrendo com a Ferrovia, também em vias de ser privatizada. A



deu a seguir que a estatal do petróleo tinha  
 um dado e descoberto em reservas, bilhões de  
 dólares, cerca de um bilhão em óleo o que  
 pagava qualquer privatização. Em aparte o  
 Vereador Alfredo Luiz da Costa Barros falou  
 da importância da questão levantada pelo  
 Sindicato dos Telefônicos, envolvendo a priva-  
 tização do setor de telecomunicações no Brasil,  
 e ainda, temas conexos de compartilhamento sobre  
 a privatização da Cia Nacional de Alcalis. Dis-  
 se ter participado na elaboração de programa  
 do PT, bastante divulgado pela imprensa, e  
 que ainda estava sendo elaborado, tendo por-  
 to polêmicas levantadas pelos órgãos de comu-  
 nicação para descrever a "maravilha". Sabia ainda  
 ter tido a oportunidade de fazer relato quan-  
 to a privatização da Cia Nacional de Alcalis  
 e aos interesses que haviam sido servidos, ten-  
 do constatado que o trabalhador da Alcalis  
 estava descontente, abrangendo desde salário  
 até condições de trabalho, meradia, entre ou-  
 tras questões. Disse que a exploração do Sin-  
 dicato dos Telefônicos, seria fundamental pa-  
 ra que os combates da Câmara quanto  
 a privatização de empresas estatais fossem  
 enriquecidos. A seguir, o Vereador Waldir Mau-  
 rício de Aguiar Neto referiu-se a questão do  
 IPTU, afirmando que independente de ser parti-  
 cular, o Executivo pretendia com a renúncia de  
 Projeto da Planta de Valeris para a Câmara  
 era acabar com a venda de "facilidades",  
 o que era notório junto à Secretaria Pluri-  
 cipal de Fazenda. Disse a seguir, que a Planta  
 Genérica de Valeris tinha por objetivo acabar

Lu

com as "maracutanas" existentes quanto ao pagamento de IPTU, aduzindo que respeitava o voto contrário do Vereador Alfredo Luiz da Rocha Brito quanto a matéria. Em aparte, o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, do PSB, disse que concordava com os argumentos do orador quanto ao objetivo meralizado da Santa Genérica de Valores, matéria que teve seu voto favorável, mas ficou rejeitada pela Câmara. Adiante disse que sendo rejeitada pela Câmara, a Santa Genérica de Valores não poderia ser editada por Decreto do Executivo, e pior, que os valores supostamente equivocados estavam sendo corrigidos individualmente pela Secretaria Municipal de Fazenda e ainda, era possível um embate judicial com o Executivo, visto a possibilidade de ser editado decreto legislativo pela Câmara, derubando o Decreto 2000/93, com sérios transtornos para o contribuinte. Prosseguindo, disse que se os acréscimos de impostos estivessem ocorrendo novamente, se coletava contra, e se fosse provado, até a Câmara o Judiciário, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente concluiu os trabalhos do segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Examinando à Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 016/94; aprovados as Indicações de números 026, 027, 028 e 029/94, aprovadas as Liqueficações de números 011, 026, 027 e 028/94. Não havendo mais matérias para serem apreciadas neste segmento, o Sr.

when Presidente franquizou a Tribuna para  
Explicação Pessoal. Ocupou a Tribuna em Ex-  
 plicação Pessoal, o Senador Carlos Roberto Li-  
 quina' dos Santos. Disse ter registrado algu-  
 mas críticas ao setor de saúde no discurso  
 daquela reunião, e ainda a promoção pessoal  
 o que considerava temerário, visto a situa-  
 ção delicada em que ficavam alguns funci-  
 onários. Com relação a funcionários da Se-  
 cretaria de Promoção Social, citada em pro-  
 nunciamento na Tribuna, disse tratar-se  
 de funcionários dedicados, cuidadosos, caridosos  
 no trato com seus clientes, mas que em  
 algumas situações, não tinha soluções a dar,  
 por absoluta falta de meios administrativos.  
 Disse em aditório, que tais críticas deviam  
 ser ampliadas, dirigidas ao Executivo, protegen-  
 do-se assim, a atuação de funcionários. No  
 segundo, disse que o repasse de verbas do Go-  
 verno Federal, estava sendo extremamente por-  
 verso para os Municípios de interior. Adiantou  
 se que em 1992, de setenta milhões de dólares se  
 passaram pelo Governo Federal para o Estado do  
 Rio, setenta por cento ficaram com o Município  
 do Rio de Janeiro, o que era um absurdo in-  
 concebível. Disse que com os recursos repassa-  
 dos era muito difícil ser praticada uma po-  
 lítica de saúde, e assim entendia que os Mu-  
 nicípios do interior deveriam se reunir, para  
 pleitearem verbas adequadas. Disse que la-  
 mentavelmente os Municípios recebiam verbas  
 na medida em que prescreviam doenças, im-  
 portando no caso de quantos pacientes eram  
 atendidos e as doenças registradas. Finalizou

W

do, disse que a questão da saúde estava sendo frequentemente discutido com os deputados estaduais do PSB, PT, PCB, PC do B, para que ótica quanto a política de saúde fosse mudada no estado e no país, encerrando assim sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Orlando da Silva Pereira, falando inicialmente que proposições apresentadas naquela reunião, de autoria dos Vereadores Dirlei Pereira da Silva, Carlos Roberto Nogueira dos Santos e Alfredo Luiz da Rocha Bruxeta, mereciam todo apoio pelo alcance coletivo das mesmas. Quanto a situação do Mercado Sebastião Loran, disse que também se preocupava com a questão, pois se constataria que não estava atendendo as suas finalidades. Disse que o agricultor estava pagando setecentas e cinquenta cruzeiros pelo uso do local, e cada tabuleiro era cobrado pelo particular, em quatrocentos cruzeiros, o que era inviável. Disse ainda, que o recolhimento da taxa de flumápio era feita através de simples recibos, sem o uso de DREM, e assim, em próxima reunião estaria em contato com Relacionamento ao Prefeito, solicitando informações. A seguir, criticou o comportamento de determinado Vereador, que mesmo se dizendo oposição, dissimuladamente e de forma demagógica dizia que estava com o povo, enfatizando o vereador que dito vereador recibia apoio do governo. Salientou ainda que não gostava as críticas do referido vereador na indicação de sua autoria e com o respaldo da bancada. Afirmando que o publicado do vereador criticara sua indicação e se petica

ra do Bendito, apenas porque desajaz sera  
 seu autor. Bisse a seguir, que o Senador que  
 se dizia de oposição, estava frequentemente  
 fazendo solicitações à administração munic-  
 ipal. Dando seqüimento ao seu pronunci-  
 amento, disse que na condição de político e  
 homem público, cetero mandato a cumprir,  
 jamais trocara de partido à custa de ver  
 "dinheiro" (sic), tendo portanto, dignidade  
 perante a comunidade, até mesmo fora da  
 oposição, como pedira cumprir quando  
 governou anterior, durante quatro anos. Com  
 relação ao SRU e Santa Gertrúcia de Jalisco,  
 disse que realmente as distorções eram fla-  
 grantes, pedindo muito para o centrista,  
 no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou  
 a tribuna o Senador Silas Rodrigues Bert,  
 falando inicialmente do seu espanto quando  
 viu o Senador defendendo interesses fami-  
 liares, e que a eleição de dito Senador, por cer-  
 to, fora conseguida através de órgão do go-  
 verno, e na Câmara jamais defendera os  
 interesses reais do povo Jalisco que o Sena-  
 dor a que se referia, fora o autor da Comis-  
 são de Inquérito contra o então Presidente da  
 Câmara, João Mendes, e atualmente "come-  
 no mesmo prato" (sic). Prosseguindo, disse  
 o orador que realmente fazia muitas solici-  
 tações à Administração Municipal, no estrito  
 cumprimento do seu mandato e para ser-  
 vir exclusivamente ao povo, sem visar outros  
 interesses menores. Falou ainda, que não  
 tinha ajuda de órgão federal para objeti-  
 vos políticos, e a única coisa que poderiam

(h)

dizer, era quanto a sua ligação com igreja, mas fora nascido e criado no Evangelho. Disse que estava na Câmara lutando contra determinados tipos de Vereadores e contra um Executivo afastado do povo, e levaria sua missão até o final do seu mandato. Disse se que enquanto o povo sofria, alguns Vereadores que não tinham coragem de trabalhar, talvez, tivessem outras coisas, outras "antimanas" (sic) para ganhar dinheiro, fôca etc. Disse que poderia fazer denúncias da Tribuna, mas esperava que referido Vereador valesse seu mandato, como cidadão e como homem, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Sétima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cabo São Roque, realizada no dia quinze de março do ano de 1994. (1ª Sessão Legislativa)